



ACTA

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Francisca Maria da Costa Abreu e José Augusto Ferreira Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – Salientou o bom resultado final das obras de requalificação do Largo do Toural, elogiando o trabalho desenvolvido pela Arquitecta Maria Manuel. Disse, ainda, ter escutado críticas quanto ao tipo de iluminação escolhido para o Jardim da Alameda manifestando-se, no entanto, convicto de que o crescimento da vegetação deverá camuflar, a curto prazo, os postes que suportam a iluminação

2 – Vereadora Luísa Oliveira – A propósito da divulgação da programação para a Capital Europeia da Cultura 2012, perguntou se o Convento das Dominicais vai ser alvo de obras de beneficiação.

3 – Vereador André Coelho Lima – Manifestou a sua satisfação pelo resultado final da intervenção no Largo do Toural, referindo que a praça ficou ampla e aberta e que o conjunto desta obra com a da

Alameda é agradável e que o espaço resultou favorecido. Contudo, apontou a falta de estacionamento como uma situação preocupante, numa referência ao anúncio da construção de parques de estacionamento no perímetro da cidade, mas cuja concretização se desconhece. **4 – Vereador Amadeu Portilha** – Fez uma intervenção a propósito das estatísticas sobre o turismo em Guimarães lendo, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Na passada segunda-feira, em Conferência de Imprensa, o PSD, pela voz do seu Presidente Dr. André Coelho Lima, acompanhado pelo Dr. Florentino Cardoso, acusaram a Câmara Municipal de “falta de estratégia” para o turismo e consideraram “inadmissível” que Guimarães registre menos dormidas de estrangeiros do que Braga e Viana do Castelo. Foi mais longe o Dr. André Coelho Lima afirmando que os responsáveis municipais “mascaram” a realidade do turismo vimaranense, utilizando apenas números de visitantes aos Postos de Turismo para sustentar o crescimento do turismo em Guimarães, quando esse é um registo sem grande importância e que é necessário pensar o turismo em Guimarães de “forma séria”. Concordo com o Dr. André Coelho Lima quando refere que este número de acessos aos Postos de Turismo não é relevante; eu próprio o digo há anos, e desafio-o a encontrar uma única declaração pública minha onde eu diga, ou sustente, que o crescimento do turismo em Guimarães a isso se deve. O que não admitimos é que o Dr. André Coelho Lima diga que mascaramos os números do turismo na nossa cidade e que não o pensemos de forma séria; se alguém tem falado verdade sobre o turismo em Guimarães somos nós, sustentando o crescimento do turismo de Guimarães em dados concretos e objectivos. Para o PSD de Guimarães, o estudo que o Instituto de



Planeamento e Desenvolvimento do Turismo realiza para a entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal, desde Janeiro de 2010, passou a ser a “bíblia” da análise dos números de turismo. Esquecendo-se que este é já o oitavo trimestre que analisa, e que existem outros estudos, bem mais rigorosos e abrangentes, como é o caso do Anuário Estatístico do Turismo na Região Norte, do INE, que ainda no final do passado mês de Novembro publicou os dados relativos a 2010. O estudo do IPDT refere que o nº de dormidas de turismo de lazer em Viana foi de 22% contra os 20% de Guimarães no 3º trimestre de 2010. É um facto. Mas será que um estudo que se baseia em cerca de 400 entrevistas feitas na sala de embarque do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, em pessoas que utilizaram o avião como meio de transporte, deve ser a referência para analisar os números de turismo onde quer que seja? Não é o próprio estudo que diz que visa estudar apenas o perfil dos turistas que entram ou saem deste destino através do meio aéreo? Não sabe o PSD que a maior parte dos turistas que visitam o Porto e Norte de Portugal é proveniente do próprio país e de Espanha, sem necessidade de recorrer ao avião, utilizando quase exclusivamente o meio automóvel? E estes, que são a maior parte, não contam? Não se preocupa em analisar o PSD as estatísticas que incluam todos, repito todos, os turistas que nos visitam? Mas se para o PSD só conta este estudo, não seria interessante analisar todos os oito documentos já produzidos? É que se o fizesse, verificava que, comparando o nº de turistas que entram pelo Aeroporto na nossa região, tendo em conta apenas o 3º trimestre de 2010 e igual período em 2011, Guimarães passou de 6 para 20% (com um crescimento fantástico de 14%), contra apenas 2% de crescimento em Braga e um decréscimo de 4% em Viana. Ou seja,

está ou não está o turismo a aumentar em Guimarães? Pelo estudo que passou a ser a vossa "bíblia" está certamente. Convém ter presente que o 3º trimestre corresponde ao período típico de Verão, com uma procura substancial de turismo de sol e praia, e qualquer cidade balnear deste país tem sempre uma capacidade de atracção e fixação maior que qualquer destino turístico cultural como é o nosso. Toda a gente sabe que não é fácil mensurar o nº de turistas que entram nas cidades. Pelo que são várias as ferramentas de análise utilizadas: nº de acessos aos postos de turismo, entradas em museus e em equipamentos culturais e de diversão, estadia média de alojamento, proveitos de aposento, etc. Em Guimarães, sabemos, por exemplo, que o nº de acessos aos Postos de Turismo, ao contrário do que diz o PSD, até tem descido substancialmente, na ordem dos 21% em 2010, conforme consta na síntese de resultados estatísticos que apresentamos à imprensa e que está disponível no nosso site. E isso acontece, e também o dissemos publicamente, porque hoje as novas tecnologias de informação permitem um acesso rápido e fácil à informação turística e já dispensam uma visita aos postos. Mas em Guimarães também sabemos que se registou em 2010 um aumento de 9.3% nos visitantes aos nossos Museus (com 295.358 visitantes contra 267.897 em 2010), e que de Janeiro a Novembro deste ano o aumento é já de 23,8%, com mais de 387.000 visitantes já registados. Chamo a atenção que estes números não foram mascarados, porque são fornecidos pelos Museus e pelo Instituto de Museus e Conservação. Sabemos igualmente que a taxa média de ocupação/quarto nos nossos hotéis tem-se mantido próxima dos 60% nos últimos anos, e se o PSD quiser consultar o Anuário Estatístico do Turismo na Região Norte, publicado pelo INE, também insusceptível de ser mascarado, verificará que



Guimarães teve em 2010 150.294 dormidas contra 129.113 de Viana e 262.965 de Braga, ou seja, a segunda melhor performance desta região. E não deixa de ser relevante que num cenário nacional de decréscimo generalizado (que se deverá agravar em 2012 por força dos corte nos subsídios de férias), Guimarães tenha diminuído, em relação a 2009, apenas 0,2% o nº de dormidas, contra os 2,4% em Braga e os 12,5% em Viana do Castelo. O mesmo acontece nos proveitos por aposento, que se cifram nos 7,19 milhões de euros em Braga (com um proveito médio por dormida de 27.34 euros), contra os 5,21 milhões em Guimarães (com um proveito médio por dormida de 34.65 euros) e os 5,19 milhões em Viana (com um proveito médio por dormida de 40,23 euros). Em síntese, diz o estudo do IPDT que Guimarães cresceu este ano mais de 14% no nº de dormidas; diz o Anuário Estatístico do Turismo que, ainda em relação a esse número, num cenário de decréscimo generalizado, Guimarães praticamente manteve os valores do ano anterior; dizem os Museus da cidade que o aumento do nº de visitantes é na ordem dos 23%; dizem os hoteleiros que a taxa média de ocupação se mantem nos 60%; dizem os comerciantes e vimaranenses que se nota um aumento substancial de turistas na nossa cidade; sabemos todos que estão em construção mais algumas unidades hoteleiras e de alojamento que vão aumentar mais de 200 camas a nossa capacidade de alojamento. Se dizem isto tudo e se sabemos disto tudo, porque é que o PSD duvida? Quem é que mascara a realidade? Quem é que pensa e trabalha o turismo de forma séria ou de forma duvidosa? Por muito que o PSD o não deseje, o turismo em Guimarães está a crescer. E mesmo em tempo de crise, mesmo sem subsídios de férias, acreditamos que o pode continuar a fazer. Porque tudo o que é possível fazer por parte da Câmara Municipal está a ser

feito: requalificação urbana, formação profissional para activos, promoção nacional e internacional, organização de grandes eventos, etc.” **5 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a requalificação do Toural, disse que se congratulava com as intervenções dos Vereadores, recordando que a oposição nem sempre teve esta postura relativamente às obras da cidade. Disse discordar de quem declara que não há estacionamento em Guimarães, apontando diversos locais na cidade para o efeito. Referiu, a propósito, a sua indignação e desgosto com o estacionamento ilegal registado no passado dia 21 de Dezembro, no renovado espaço junto à Igreja de S. Francisco, que põe em causa a qualidade do trabalho de requalificação realizado e que não é compatível com o estatuto de excelência que se pretende para a cidade; **b)** – Sobre o Convento das Dominicás, disse não ter recebido qualquer pedido de apoio para realização de obras naquele edifício; **c)** – Disse querer destacar o papel de diversos proprietários de edifícios na zona da Alameda e de Couros ao promover obras de beneficiação nos seus imóveis, demonstrando que se identificam com a requalificação da cidade. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE PESAR – JOAQUIM DE OLIVEIRA – Presente a seguinte proposta: “Joaquim Oliveira nasceu a 31 de Agosto de 1926, na Cruz de Pedra. Aprendeu a arte de modelar o barro com o avô, Joaquim Oliveira, na antiga Olaria dos Rainha, situada no Largo do Costeado, onde se especializou no fabrico de Formas de Pão-de-Ló. Fruto do declínio da actividade, sentido a partir dos anos de 1960, as olarias de Guimarães encerraram em 1974, inclusive a olaria dos Rainha. Sem trabalho, Joaquim Oliveira



dedicou-se a outros ofícios, de carácter temporário, até que, após cerca de uma década, foi convidado a laborar na Olaria dos Réus, propriedade da Câmara Municipal de Guimarães desde 1984. A partir de então, na antiga olaria, agora designada por Olaria da Cruz de Pedra, reabilitou a produção das Cantarinhas das Prendas ou Cantarinha dos Namorados e ensinou a arte a vários jovens da região em cursos de formação profissional. Podemos afirmar que, sem a sua dedicação à peça mais emblemática e simbólica do artesanato vimaranense, sem a generosidade com que partilhou o seu saber e mestria com inúmeros jovens, perderíamos parte significativa deste património imaterial, cujo legado continua no presente e, com o seu inestimável contributo, se projectará no futuro. Em sinal de homenagem e reconhecimento pela sua arte, dedicação e sentido de partilha, o Município de Guimarães aprova este Voto de Pesar e expressa as suas sentidas condolências à Família enlutada". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

VOTO DE PESAR – CESÁRIA ÉVORA – Presente a seguinte proposta: "O percurso artístico de Cesária Évora e a forma como se afirmou como figura de destaque da música do mundo são absolutamente consonantes com os traços de personalidade que lhe reconhecemos: com simplicidade, humildade e total harmonia com as suas raízes e com o seu povo, a cantora tornou-se uma figura incontornável da cultura do seu povo e uma respeitada e reconhecida embaixadora da lusofonia. Oriunda do Mindelo, cidade com a qual mantemos relações de cooperação e proximidade no âmbito da UCCLA, Cesária Évora actuou em Guimarães pela primeira vez em 1998, por ocasião da Capital Cultural da Lusofonia, tendo então oferecido ao público de Guimarães um concerto que muitos recordarão pela alma e pela pureza de que se

revestia a sua presença em qualquer palco onde actuasse, por mais humilde ou prestigiado que fosse. O seu desaparecimento causa a todos os lusófonos uma profunda mágoa, mas o seu legado e a forma como abriu caminho a tantos outros músicos e artistas lusófonos permanecerão por muitos anos associados à sua memória. Através deste Voto de Pesar, o Município de Guimarães expressa as suas sentidas condolências à Família enlutada e solidariza-se com o povo do Mindelo e de Cabo Verde neste momento de perda mas também de homenagem a uma figura verdadeiramente ímpar da cultura lusófona". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

VOTO DE LOUVOR – EDUARDO LOURENÇO - PRÉMIO

PESSOA – Presente a seguinte proposta: "Foi com enorme satisfação que tomámos conhecimento da atribuição do prestigiado "Prémio Pessoa" ao filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço, autor que vem estreitando os laços com Guimarães desde que aceitou integrar o Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães. O júri constituído por prestigiadas figuras da cultura e da política portuguesa entendeu que "num momento crítico da História e da sociedade portuguesa, torna-se imperioso e urgente prestar reconhecimento ao exemplo de uma personalidade intelectual, cultural, ética e cívica que marcou o século XX português", homenageando "a generosidade e a modéstia desta sabedoria, que tendo deixado uma marca universal nos Estudos Portugueses e nos Estudos Pessoanos, nunca desdenhou a heterodoxia nem as grandes questões do nosso tempo e da nossa identidade". Tido como o grande intérprete da identidade portuguesa com projecção internacional, Eduardo Lourenço tem contribuído de forma destacada para o conhecimento de nós próprios enquanto portugueses desvendando, quase sempre com



uma simplicidade desarmante, os mais complexos contornos do nosso ego colectivo, suscitando a reflexão e a discussão em torno do ser português. Em pleno processo de conhecimento mútuo, também entre o autor e a cidade de Guimarães, o Município associa-se à atribuição deste prestigiado prémio a Eduardo Lourenço através da aprovação do presente Voto de Louvor”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana dando conhecimento que neste momento não tem garantido os meios financeiros para 2012 que permitam assegurar o financiamento de novos processos no âmbito dos programas RECRIA, RECRIPH e REHABITA, referindo, no entanto, que continuará a desenvolver todos os esforços que estejam ao seu alcance para poder retomar o apoio às intervenções de reabilitação que estes programas abrangem; **2** – Decorrente de visita ao Bairro Nossa Senhora da Conceição, disse que os moradores estão satisfeitos e têm preocupações com a preservação dos edifícios. **3** – Do contacto da cidade de Bruges dando conhecimento da realização, nos próximos dias 31 de Maio e 1 de Junho de 2012, de um colóquio para favorecer a troca de ideias sobre a gestão das Vilas e Cidades Património da Humanidade. **4** – Da missiva de felicitação do Secretário de Estado da Cultura pelo 10.º aniversário de classificação da cidade como Património Mundial da Humanidade; **5** – Da lista de bens doados por empresas e particulares à Cooperativa Fraterna. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES -----

1 – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 108 a 116 que

comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 25 de Novembro, das seguintes propostas: **a)** - "Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2012"; **b)** - "Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2012"; **c)** - "Pedido de Autorizações à Assembleia Municipal relativas à execução do Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento, para o ano de 2012"; **d)** - "Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) - Ano de 2012"; **e)** - "Derrama sobre a Coleta de 2011 (a cobrar em 2012)"; **f)** - "Mapa de Pessoal do Município para 2012"; **g)** - "Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais"; **h)** - "Tabelas de Taxas e Outras Receitas Municipais"; **i)** - "Tabelas de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas"; **2** - Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **"VENDA EM HASTA PÚBLICA DE SEIS VIATURAS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO** - No âmbito da hasta pública identificada em epígrafe, e nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho de 12 de Dezembro de 2011 do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança que adjudicou definitivamente à empresa MJD – Metais Jaime Dias, SA, os veículos propriedade do Município, identificados no Programa da Hasta Pública sob os números 1 e 5, pelo valor de €1.346,00 + IVA e à sociedade S.B.L. – Comércio de Componentes Auto, Lda., as viaturas indicadas no mesmo Programa sob os números 2, 3, 4 e 6, pelo preço de €1.300,00 + IVA. O valor total desta venda importa em €2.646,00 + IVA". A acta da hasta pública dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.



-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**OBRAS PÚBLICAS – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE
MOREIRA DE CÓNEGOS E DO CENTRO ESCOLAR DE RONFE -
ESCLARECIMENTOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

– Presente a seguinte proposta: “A) - Esclarecimentos solicitados pelos

interessados – 1.º Pedido de Esclarecimentos: “Pedido de

esclarecimentos – art. 50º CCP e art. 5º do Programa de

Procedimento – Por estar dentro do prazo previsto no artigo 5º

do Programa de Procedimento, contado nos termos do disposto no

n.º 1 do artigo 470º do CCP, vimos solicitar os esclarecimentos

seguintes: Tendo em conta a natureza dos trabalhos a executar,

bem como o valor base dos mesmos, que é diminuto, vimos

solicitar esclarecimento quanto à exigência dos critérios de

capacidade financeira exigidos no Artigo 11º, alínea d) do

Programa de Procedimento, quanto ao índice de liquidez geral,
autonomia financeira e solvabilidade, uma vez que se afigura
haver desproporcionalidade entre os rácios exigidos e o valor da
empreitada a realizar, por referência à aptidão estimada dos
candidatos para mobilizar os meios financeiros previsivelmente
necessários, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 165º do
CCP.” 2.º Pedido de Esclarecimentos: “Vimos por este meio
questionar se, sendo o concurso para a obra em questão por
lotes e tendo o corrente de apresentar os documentos de
habilitação para cada obra, é necessário que o alvará da empresa

concorrente seja superior ao valor de ambos os lotes? Ou seja, se uma empresa concorrente com a classe 5 de empreiteiro geral ou construtor geral de edifícios de construção tradicional pode concorrer, nesta fase e consequentes, ao presente procedimento.”

3.º Pedido de Esclarecimentos: “Diz-nos a portaria 971/2009, de 27 de Agosto, que a avaliação e demonstração da capacidade económica e financeira tem por base a média dos três últimos exercícios. Considerando que os últimos três exercícios são os relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010, requer-se que esclareçam se os exercícios solicitados nos termos do ponto 11.2 são efectivamente os referentes triénio 2007, 2008 e 2009, ou se, na verdade, se pretende no Programa de Procedimento, que sejam apresentados os valores referentes ao triénio de 2008, 2009 e 2010, de acordo com o previsto na aludida portaria.” **4.º Pedido**

de Esclarecimentos: “...solicitamos a vossa colaboração para os seguintes esclarecimentos: 1 – Na lista do quadro técnico, nomeadamente ponto 6i), é solicitada para função de coordenador de sistema de gestão de qualidade – 1 colaborador com licenciatura e formação específica em Gestão da qualidade que contenha 120 horas de formação. 1.1 – Uma colaboradora com licenciatura em outra área, mas com diploma de Especialização tecnológica em gestão da qualidade, nível IV, desde Fevereiro de 2007, com experiência de 3 anos nesta função em obras de engenharia civil, poderá ser aceite para o cargo, apesar do curso exceder, mas não especificar o número de horas de formação (120 horas)? 1.2 – Idem, para a função de coordenador do sistema de gestão ambiental.”

RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: **1.º Pedido de Esclarecimento** – O interessado questiona o júri relativamente à aos valores dos índices de liquidez geral, autonomia financeira e solvabilidade. A



Câmara Municipal de Guimarães estabeleceu os seguintes requisitos de capacidade financeira na alínea d), do ponto 11.2, do Programa do Concurso: Índice de liquidez geral (média dos três últimos exercício) igual ou superior a 150%; Índice de autonomia financeira (média dos últimos três exercícios) igual ou superior a 25,00%; Índice de solvabilidade (média dos últimos três exercícios) igual ou superior a 35,00%; Exigir que todas as empresas do agrupamento cumpram estes rácios financeiros. Os requisitos de capacidade financeira foram estabelecidos por serem adequados à natureza da empreitada a adjudicar, e porque demonstram a aptidão estimada dos Candidatos para mobilizar os meios financeiros previsivelmente necessários para o integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato de empreitada a celebrar, respeitando, assim, o disposto nos números 1º, 3º e 4º do artigo 165º do CCP. A empreitada deste Concurso é constituída por dois lotes, e tem por objecto a construção dos novos Centros Escolares de Ronfe e Moreira de Cónegos, que se pretende substituam e agreguem os actuais edifícios escolares, que apresentam um elevado estado de degradação e já em risco de eventual encerramento, estabelecendo o ponto 21 do Anúncio do Concurso que a obra seja executada num prazo de 300 dias para o Centro Escolar de Moreira de Cónegos e 365 dias para o Centro Escolar de Ronfe. Atendendo à natureza dos edifícios que vão ser construídos (Centros Escolares) e às especialidades do Projecto de Execução posto a concurso, verifica-se, nomeadamente, que a execução da obra incorpora uma forte componente na área dos equipamentos, nomeadamente mecânicos, eléctricos e comunicações. Estes equipamentos não são equipamentos de uso corrente e terão que ser adquiridos muito antes da sua colocação em obra, visto que

são equipamentos com forte componente tecnológica e dificuldades de manter em stock. Verifica-se que a aquisição destes equipamentos terá de ser realizada muito antes da sua colocação em obra, requerendo um elevado esforço financeiro inicial por parte do empreiteiro, que não será acompanhado pela execução financeira do contrato (o esforço financeiro exigido não é uniformemente acompanhado pelo cronograma financeiro), visto que o empreiteiro terá que suportar financeiramente os encargos inerentes à aquisição e imobilização desses equipamentos, durante um largo período de tempo. E mesmo estando armazenados em obra, estes equipamentos só poderão ser facturados após a se proceder à sua instalação, assim como comprovação do seu correcto funcionamento. Estes factos obrigam o adjudicatário a demonstrar uma forte capacidade para mobilizar meios financeiros necessários para esse encargo financeiro, traduzido em *rácios* de liquidez geral, autonomia financeira e solvabilidade, superiores àqueles que estão definidos como necessários à permanência ou obtenção das autorizações contidas nos alvarás de empreiteiro de construção civil. Por outro lado, o prazo de execução das obras definido no Programa do Concurso é muito exigente, tendendo à natureza da obra e às características que estão definidas no Projecto de Execução e no Caderno de Encargos. A execução das obras no prazo previsto traduz-se numa necessidade imediata de meios financeiros adequados para fazer face às maiores exigências de mobilização de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, para se conseguirem ritmos de produção e execução de quantidades de trabalho diário, compatíveis com o curto prazo de execução das obras. Também por este motivo, os referidos *rácios* financeiros têm de ser mais exigentes do que aqueles que àqueles que estão definidos para a permanência ou obtenção das autorizações



contidas nos alvarás de empreiteiro de construção civil. Atendendo aos montantes pecuniários envolvido neste projecto, à natureza e finalidade dos edifícios a construir (escolas públicas), ao prazo de construção e ao facto de 80% do preço da obra ser proveniente de fundos comunitários, a Câmara Municipal de Guimarães procurou estabelecer requisitos de capacidade financeira superiores àqueles que estão legalmente estabelecidos na lei para a concessão do alvará de construção civil, que permitissem a escolha de um co-contratante capaz de mobilizar os meios financeiros necessários para executar a obra pontualmente e sem perturbações ou interrupções que pusessem em risco o cumprimento dos prazos que venham a ser estabelecidos. Pretendeu-se, por esta via, evitar que durante a execução da obra se verificassem situações de falta de capacidade financeira do empreiteiro para suportar os encargos normais da obra (por ex. com subempreiteiros, mobilização de equipamentos, entre outros), situações com as quais a Câmara Municipal de Guimarães tem sido confrontada noutras empreitadas, e que se tem agravado nos últimos tempos, fruto das mais que conhecidas graves dificuldades económicas com que o país e a Europa estão confrontados, que geram falta de liquidez das empresas e das instituições bancárias (como é relatado pela AECOPS). É, por isso, natural que a Câmara Municipal de Guimarães procure salvaguardar a prossecução do interesse público através da exigência de rácios de liquidez, autonomia financeira e solvabilidade que permitam prever, de acordo com juízos de probabilidade, que o empreiteiro dispõe de meios próprios para garantir a regular execução das empreitadas. Este tipo de situações, que a Câmara Municipal de Guimarães pretende evitar na medida do possível e em pleno respeito pela legislação em vigor, causa prejuízos e tem repercussões gravíssimas para a

Câmara Municipal de Guimarães (por exemplo, obrigando a renegociar com as entidades gestoras dos fundos comunitários a reprogramação física e financeira das obras, podendo mesmo a Câmara Municipal de Guimarães perder o valor das participações já estabelecidas / a necessidade de abrir novo procedimento para terminar os trabalhos). De acordo com último estudo publicado pela entidade reguladora do sector da construção e imobiliário, o INCI, I.P., denominado "Análise Económico-Financeira das Empresas do Sector da Construção" publicado em Dezembro de 2010 (Documento n.º 3 ora junto), verifica-se que das 21.419 empresas estudadas, distribuídas pelas diferentes classes de alvará, para a classe de alvará 6, correspondente à habilitação exigida no presente procedimento, o valor da média da liquidez geral é de 178,61% (no ponto 4 do referido documento – Análise da situação económico-financeira das empresas no exercício de 2009). Para a totalidade das empresas estudadas (21.419) e que compõem a totalidade das classes de alvará da classe 1 à classe 9, constata-se que a média para este rácio é de 165,58%. Fácil é concluir, que o valor requisito mínimo de capacidade financeira, relativo a este rácio de liquidez geral (150%), exigido no Programa do Concurso é substancialmente inferior aos valores apontados no referido estudo. Quanto à autonomia financeira, para a classe de alvará 6, correspondente à habilitação exigida no presente procedimento, o valor da média deste rácio nas empresas estudadas é de 27,97%. Para a totalidade das empresas estudadas (21.419) e que compõem a totalidade das classes de Alvará da classe 1 à classe 9, constata-se que a média para este rácio é de 30,15%. Fácil é concluir, que o valor requisito mínimo de capacidade financeira, relativo a este rácio de autonomia financeira (25%), exigido no Programa do



Concurso é substancialmente inferior aos valores apontados no referido estudo. Quanto à solvabilidade para a classe de alvará 6, correspondente à habilitação exigida no presente procedimento, o valor da média deste rácio nas empresas estudadas é de 38,84%. Para a totalidade das empresas estudadas (21.419) e que compõem a totalidade das classes de alvará da classe 1 à classe 9, constata-se que a média para este rácio nas empresas estudadas é de 42,97%. Fácil é concluir, que o valor requisito mínimo de capacidade financeira, relativo a este rácio de solvabilidade (35%), exigido no Programa do Concurso é substancialmente inferior aos valores apontados no referido estudo. Estabelece a lei, no n.º 4º, do artigo 165º, do CCP, que, no caso das empreitadas, sempre que os requisitos de capacidade financeira exigidos no programa de concurso se basearem em elementos de facto já tidos em consideração para efeitos de concessão do alvará de construção civil, *"tais requisitos devem ser mais exigentes do que os legalmente previstos para aquela concessão"*. Ora, entre os requisitos de capacidade financeira estabelecidos por lei para a emissão do alvará de construção civil, figura a liquidez geral e a autonomia financeira (cfr. artigo 10º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro e Portaria n.º 274/2011, de 26 de Setembro). Pelo que, os requisitos de capacidade financeira a estabelecer para qualificação dos Candidatos neste Concurso, deveriam ser superiores aos que estão estabelecidos na Portaria n.º 274/2011, de 26 de Setembro, e que são os seguintes: Liquidez geral (percentagem): 100; Autonomia financeira (percentagem): 5. Foi no cumprimento destas regras que a Câmara Municipal de Guimarães estabeleceu os requisitos de capacidade financeira, na alínea d), do ponto 11.2, do Programa do Concurso. **2.º Pedido de Esclarecimento** – O interessado

questiona o júri se no caso de um concorrente apresentar unicamente proposta para um dos lotes, a classe do alvará terá que cobrir a totalidade dos lotes. Caso um concorrente apresente proposta para um dos lotes, só terá que possuir classe que cubra a proposta desse lote. No caso do concorrente concorrer aos dois lotes terá que possuir classe que cubra a totalidade das propostas dos dois lotes. **3.º Pedido de Esclarecimento** – O interessado questiona o júri do concurso relativamente à entrega das declarações relativas ao triénio 2007, 2008 e 2009 em vez do triénio 2008, 2009 e 2010. Quando da aprovação de abertura do presente procedimento em reunião de Câmara, ainda decorria o prazo de entrega, via internet, no site das finanças, da declaração de informação empresarial simplificada, relativa ao exercício correspondente ao ano de 2010, pelo que, os três últimos anos a essa data eram os correspondentes aos anos 2007, 2008 e 2009. Dado que poderiam haver empresas que ainda não tivessem entregue as referidas declarações, e por uma questão de igualdade de situações face à concorrência, optou-se por solicitar as declarações referentes ao triénio 2007, 2008 e 2009. **4.º Pedido de Esclarecimento** – Na sequência do pedido de esclarecimento da empresa Marques, S.A., informamos que relativamente à colaboradora para o Sistema de Gestão da Qualidade, dado que tem Especialização em Tecnologia de Gestão da Qualidade, o certificado deverá mencionar o facto, assim como o número de anos (ou o tempo) necessário para se poder obter esta Especialização. Relativamente ao Sistema de Gestão Ambiental, a demonstração é similar, ou seja: o certificado deverá mencionar o facto, assim como o número de anos (ou o tempo) necessário para se obter esta Especialização. De referir no entanto, que tal como refere a alínea i) do ponto 6.1 do Programa



de Procedimento, “não serão aceites técnicos que exerçam mais do que uma função”. Sendo assim, não será admitida uma proposta que apresente para Técnico do Sistema de Gestão Ambiental a mesma pessoa que para Técnico do Sistema de Gestão da Qualidade. **B) Esclarecimento Adicional** – No ponto 23.1 do Programa de Procedimento, deverá ser substituído o texto: “Lote 1: Centro Escolar A e Centro Escolar B - 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário. Lote 2: Centro Escolar C - 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário”. Por: “Lote1: Centro Escolar de Moreira de Cónegos: 300 (trezentos) dias de calendário. Lote 2: Centro Escolar de Ronfe: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário”. **C) Prorrogação do prazo para apresentação das candidaturas** - Considerando que os esclarecimentos solicitados pelos interessados não foram prestados no prazo estabelecido para o efeito, nos termos do artigo 50º aplicável por remissão do artigo 166º do CCP, propõe-se a prorrogação do prazo para apresentação das candidaturas por mais 35 dias conforme prevê o nº1 do artigo 175º do CCP”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – CONTA FINAL
– Presente, para aprovação, a conta final, bem como o auto final da obra em assunto, adjudicada ao agrupamento Cari-Construtores, SA, e Domingos da Silva Teixeira, SA, nos valores, respectivamente, de €2.684.445,31 + IVA e €168.223,04 + IVA, de acordo com a informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa. A informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – REFORÇO**

DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Guardizela a execução das obras de pavimentação das ruas Penso de Baixo, Pedrais de Baixo, Lamaçal, Explendões e Cuteães de Cima, assim como a transferência de uma verba no valor de €17.919,41 para custear a realização dessa obra. O valor total da execução das mesmas elevou-se a €61.887,13, conforme auto de medição elaborado pelo Departamento de Obras Municipais e que se encontra junto ao processo, pelo que tendo em conta a diferença entre o valor atribuído através da aludida deliberação da Câmara Municipal e o custo real da obra executada, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação de um reforço de verba no valor de €30.000,00 (trinta mil euros)”.

O Presidente da Câmara disse querer que ficasse registado em acta que, a partir de Janeiro de 2012, as Juntas de Freguesia têm de cumprir rigorosamente o que está estabelecido nos Protocolos de Delegação de Competências ou de Atribuição de Subsídios, concretamente no que respeita aos valores contratados. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO –
REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE**

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães,



em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Brito, a execução da obra de construção de balneários no Pavilhão da Escola E.B.1/J.I. Casais, assim como a transferência de uma verba no valor de €31.398,72 para custear a realização dessa obra. Contudo, a Junta de Freguesia de Brito veio informar esta Câmara que tendo em conta as obras a decorrer no edifício da antiga Carreira do Tiro, no âmbito do Mapa 2012, esta pretende requalificar a área envolvente àquele edifício, propondo o adiamento das obras objecto daquele Protocolo e a concessão da respectiva verba para custear a despesa inerente àquela requalificação. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a revogação do protocolo de delegação de competências, celebrado em 3 de Maio de 2011, bem como a aprovação da celebração de um Protocolo de Atribuição de Subsídio para a requalificação da área envolvente do edifício da antiga Carreira do Tiro, pelo valor de €31.398,72, a transferir para o ano de 2012. Mais se propõe que a execução desta proposta fique condicionada à autorização da Direcção Geral do Património do Estado para a realização da obra pretendida". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO – FESTA DO GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DE ALDÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS - Presente um ofício da Junta de Freguesia de Aldão solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa referida em epígrafe, realizadas no período de 22 a 24 de Julho de 2011. Propõe-se a atribuição à Junta de Freguesia de Aldão de um subsídio no valor de €28,50 (vinte e oito euros e cinquenta cêntimos) tendo em conta o montante atribuído no ano passado. Esta despesa está

cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

URBANISMO – REVISÃO DO PDM - ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “Refere-se a presente informação técnica ao processo de revisão do Plano Director Municipal em curso no Município de Guimarães. Considerando: 1. A conclusão da proposta de revisão do Plano Director Municipal e posterior submissão a parecer final da respectiva Comissão Mista de Acompanhamento; 2. A realização da necessária conferência de serviços (14 Setembro '11) (envolvendo todas as entidades competentes para o efeito) e emissão de parecer final da Comissão Mista de Acompanhamento (da revisão) do Plano; 3. A incorporação na proposta de revisão do Plano de todas recomendações expressas quer no mencionado parecer final, quer na última reunião de trabalho realizada; 4. O disposto no artigo 77 do decreto-lei 46/09 de 20 Fevereiro (alteração ao decreto-lei 380/99 de 22 Setembro), nomeadamente nos seus números 3 e 4, artigo 77, que fixa a necessidade da Câmara Municipal proceder à abertura de um período de discussão pública com uma duração mínima de trinta dias e anunciado com a antecedência de cinco dias através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da página da internet do Município. **Assim, e face ao exposto, é agora necessário que a Câmara Municipal delibere proceder à abertura de um período de discussão pública da revisão do Plano Director Municipal de Guimarães, com uma duração mínima de trinta dias úteis, a anunciar com a antecedência de cinco dias através de aviso a publicar no Diário da República (e a divulgar através da comunicação social e da**



página da internet do Município). Refere-se ainda que, em função do disposto no artigo 117, os procedimentos administrativos inerentes a pedidos de informação prévia, comunicações prévias e licenciamentos ficam suspensos a partir da data fixada para o início da discussão pública até à data de entrada em vigor do Plano. Em anexo, junta-se: 1. Parecer final da Comissão Mista de Acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal de Guimarães; 2. Síntese escrita e gráfica da proposta de revisão do Plano Director Municipal”. Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta:

“A Câmara Municipal de Guimarães, por deliberação de 14 de Abril de 2011, sancionada pela Assembleia Municipal em sessão de 29 de Abril de 2011, aprovou o Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência com o objectivo de facilitar a inclusão das pessoas com deficiência, favorecendo o seu acesso a sectores variados da vida social. Este Regulamento prevê, no nº 1 do artigo 8º, que o cartão a atribuir tenha a validade de um ano contado da data da sua emissão. Considerando, contudo: 1. Que, nos termos do nº 2 do artigo 4º do Regulamento, a atribuição do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência depende da apresentação do Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, com a indicação do grau de incapacidade; 2. Que o Atestado Médico de Incapacidade Multiusos refere a natureza e o grau de incapacidade, podendo esta ser permanente ou temporária, prevendo-se, neste último caso, uma reavaliação em função do nível de variação futura; 3. Que o processo de renovação do Cartão parece justificar-se

apenas para as pessoas a quem não é atribuída a incapacidade definitiva, Propõe-se, de acordo com o artigo 10º do Regulamento supracitado, a alteração do artigo 8º - Validade e renovação do cartão - nos seguintes termos: 1. O Cartão é vitalício para os casos em que à pessoa lhe é conferida incapacidade definitiva de acordo com o Atestado Médico de Incapacidade Multiusos emitido pela entidade de saúde pública competente. 2. Para os casos em que não é conferida à pessoa incapacidade definitiva, o Cartão terá a validade correspondente à data de reavaliação que conste no Atestado Médico de Incapacidade Multiusos apresentado. 3. O Cartão é válido até à data da última reavaliação, sendo a sua renovação condicionada às condições de acesso previstas no artigo 4º do Regulamento. À consideração superior. 25 Novembro 2011". O Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, bem como as alterações ao referido documento, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – IMPACTOS LOCAIS DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO (E ANÁLISE COMPARATIVA DO MESMO COM REALIDADES SIMILARES) – Presente a seguinte

informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Assunto: Contratação de serviços – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – aquisição de serviços relativos à realização do estudo "Impactos locais de reabilitação do centro histórico de Guimarães (e análise comparativa do mesmo com realidades similares). O serviço que se pretende contratar diz respeito ao estudo "impactos locais de reabilitação do centro histórico de Guimarães (e análise comparativa do mesmo com



realidades similares)” a realizar no âmbito das parcerias para a regeneração urbana do CAMP URBIS e do Centro Histórico, parcerias essas objecto de candidaturas QREN aprovadas (onde está contemplada uma acção específica para o estudo em causa). O mesmo serviço reporta-se fundamentalmente à investigação e estudo da realidade existente, e política urbanística a ela inerente, referente ao centro histórico de Guimarães e sua envolvente (nomeadamente zona de Couros), pressupondo a sua análise e comparação com outras realidades similares verificadas. Igual modo, pressupõe a análise de extrapolação e disseminação da experiência do centro histórico para outras áreas do concelho. Como actividades centrais, definem-se: 1. Compilação de todos os estudos e investigações sobre o centro histórico (base de dados digital); 2. Análise dos impactos da reabilitação a o longo do tempo em função de actividades económicas e residenciais, turismo, estacionamento e infra-estruturas; 3. Estudo / investigação sobre o objecto da intervenção do centro histórico e sua capacidade de disseminação pelo território; 4. Relação entre as áreas centrais da cidade e freguesias, ou seja entre os seus "centros legíveis e antigos" ao nível dos modelos de gestão territorial, qualificação do espaço e participação dos cidadãos; 5. Produção de conteúdos escritos sobre múltiplas actividades a desenvolver no campo da animação e comunicação da PRU (edição, artigos, ...); 6. Comparação "normativa" entre os dois casos (centro histórico e zona de Couros) com outros casos de estudos; 7. Coordenação e acompanhamento de produção relativos a todo o trabalho; 8. Articulação com actividades a desenvolver com a Divisão de Gabinete Técnico Local (unidade orgânica gestora da área afecta às PRUs em causa). 2. Considerandos: O procedimento tendente à prestação de serviços

“análise comparativa do centro histórico e sua envolvente com realidades urbanas similares”, submetido a autorização do Órgão Competente em 16 Dezembro '10 não conheceu o respectivo desenvolvimento e concretização; A verificação que o anterior procedimento realizado foi alvo de decisão de não adjudicação por não se observarem todos os pressupostos legais inerentes ao Código de Contratação Pública. A verificação da necessidade de proceder a ajustamentos ao caderno de encargos do procedimento a realizar de modo a enquadrar o mesmo nos termos correctos relativamente à candidatura QREN aprovada. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de equipa multidisciplinar, não apresentando a Autarquia possuir Técnicos habilitados à execução da globalidade de tais especialidades; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos pode ser equacionada a adjudicação do trabalho a entidade externa; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do estudo “impactos locais de reabilitação do centro histórico de Guimarães (e análise comparativa do mesmo com realidades similares) ” a realizar no âmbito das parcerias para a regeneração urbana do CAMP URBIS e do Centro Histórico, parcerias essas objecto de candidaturas QREN aprovadas. b) A despesa anual estima-se em €74.900,00



acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo com convite a três empresas de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos), prevendo-se o seu início em Janeiro 2012”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ASSESSORIA JURÍDICA – RATIFICAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “**1. Objecto:** Aquisição de Serviços de assessoria jurídica do Dr. João Gomes Alves, para estudo do processo relativo ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de privados relativo à “nova centralidade de Silvares” e a elaboração de uma adenda ao contrato de urbanização relativo à denominada “nova centralidade de Silvares” celebrada entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados. **2. Considerandos:** Que em 23 de Dezembro de 2008, a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados celebraram um contrato de urbanização que visou fixar as regras e condicionantes a observar na concretização física do estudo urbanístico denominado “nova centralidade de Silvares”; Que em função do desenvolvimento do processo, nomeadamente da materialização de algumas obras previstas no mencionado contrato de urbanização, verificou-se a necessidade de promover, com urgência, uma adenda a esse mesmo contrato no sentido da clarificação e actualização das condicionantes e obrigações que às partes reportam; Que a realização deste trabalho implicou uma análise de todo o processo relativo ao contrato de urbanização

celebrado, tendo-se concluído com a formalização da adenda ao contrato de urbanização, aprovado em reunião do órgão executivo, em 10 de Fevereiro de 2011. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal ratifique a aquisição de serviços de assessoria jurídica do Dr. João Gomes Alves, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é assessoria jurídica no estudo do processo relativo ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de privados relativo à “nova centralidade de Silvaes” e na elaboração da adenda realizada ao mesmo contrato de urbanização; b) A despesa é de €3.000,00 (três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica, correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato ocorreu mediante ajuste directo, por se verificar ser o procedimento correcto, nos termos do nº4 do art.20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE

**SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS – RATIFICAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta: **“1. Objecto:** O objecto do contrato é a assessoria jurídica em direito administrativo (apreciação de resposta a um requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal e a elaboração de um parecer sobre delegação de competências/embargo administrativo). **2.**

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em direito administrativo, com uma vertente prática de conhecimento do funcionamento de uma autarquia local. O Dr. João Gomes Alves, que integra a Sociedade de Advogados contratada, tem prestado, desde há vários anos, serviços ao Município na área do direito administrativo e conhece profundamente a matéria dos assuntos em causa. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** No decurso do presente ano foi necessário recorrer aos serviços do Sr. Dr. João Gomes Alves, no entanto, e porque ao tempo não estava ainda clarificado se o tipo de contrato estava abrangido pela obrigatoriedade de parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tal parecer não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal. Em face do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passou a considerar-se que todas as prestações e aquisições de serviços de consultoria técnica, nas áreas jurídica, de arquitectura, de engenharia e de informática, devem ser objecto de autorização prévia do Órgão Executivo, pelo que deve ser

ratificado o meu despacho de 3 de Junho de 2011, que autorizou a abertura do presente procedimento, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a assessoria jurídica em direito administrativo (apreciação de resposta a um requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal e a elaboração de um parecer sobre delegação de competências/embargo administrativo). b) A despesa total é de € 2.767,50 (dois mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos) ao qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 01.03.02.02.14, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato ocorreu mediante ajuste directo, por se verificar ser o procedimento correcto nos termos do designado no n.º 4, art.º 20.º do Decreto-Lei 18/08, de 29 Janeiro (Código dos Contratos Públicos). e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ROTA DA ÁGUA: ESTUDO TÉCNICO PLURIDISCIPLINAR, BASEADO NA CRIAÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES COMO PROCESSO INTEGRADO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL, NO ÂMBITO DO "PRODER" – Presente a seguinte informação: "**1. Objecto:** Prestação de serviços para a elaboração de um estudo técnico pluridisciplinar, baseado na



criação de percursos pedestres como processo integrado de valorização e promoção do património rural, designado "Rota da Água", no âmbito do "PRODER – Programa de Desenvolvimento Regional".

2. Considerandos: Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados, assim como experiência em Arquitectura (coordenação geral), e deverá, ainda, contemplar, preferencialmente, as áreas da Arquitectura Paisagista, da História, da Antropologia, da Engenharia Florestal, da Engenharia Agrónoma, da Engenharia Mecânica/Electrotecnia, da Topografia, da Engenharia Civil, de Medições/Orçamentos, da Biologia/Geologia, da Fotografia, do Turismo, do Design de equipamento/comunicação, do Direito e da Economia. Trata-se, pois, de contratar uma equipa multidisciplinar para a prestação do serviço em causa. Que, de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, e tendo em conta os pressupostos da candidatura ao programa PRODER, nomeadamente a adjudicação a uma entidade externa e respectivo financiamento, considera-se adequado o recurso a um prestador de serviços exterior; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.

3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a elaboração de um estudo técnico pluridisciplinar, baseado na criação de percursos pedestres como processo integrado de valorização e promoção do património rural, designado por "Rota da Água"; b) A despesa

estima-se em 70.100,00 € (setenta mil e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 16.07.01.13 – Mapa 2012, Caminhos Pedonais, correspondente à declaração nº 7627/2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com convite a três empresas de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos”.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DE 4 PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA – RECTIFICAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “Decorrente do envio de um processo expropriativo relativo a 5 parcelas de terreno necessárias à denominada Cidade Desportiva em Cadoso S. Tiago, para a Direcção – Geral das Autarquias Locais, a empresa Panpierrezota – Gestão de Investimentos, SA, entretanto reclamou junto daquele organismo quanto à errónea delimitação das parcelas que estavam a ser objecto de expropriação. Apesar do Município não conseguir vislumbrar a existência de discrepâncias nos limites das parcelas, na ordem da magnitude defendida pela queixosa, o facto é que, decorrente de uma acção judicial, a empresa em causa obteve decisão judicial favorável aos seus intentos, o que se traduziu na determinação de que a parcela “C”, inicialmente imputada no nosso processo como sendo propriedade do Sr. Domingos Machado Mendes, é, na verdade, propriedade da empresa Panpierrezota, bem como parte da parcela “D”, numa área de 11.696 m², é, também, propriedade daquela empresa. Perante o exposto, as deliberações tomadas em 26 de Junho de 2008 e em 29 de Outubro de 2009 carecem de rectificação quanto à finalidade da aquisição das parcelas de terreno, pois para além da implantação de uma pista de atletismo, zonas de estacionamento,



arruamentos de circulação de automóveis, zonas verdes de lazer, conforme aprovado naquelas deliberações, deverá também destinar-se a implantação de campos de futebol relvados com carácter permeável, para fruição de toda a população, no âmbito da denominada “Cidade Desportiva” ao abrigo do estipulado na alínea f), nº 2 do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no contexto da competência da Câmara Municipal para criar, construir e gerir instalações e equipamentos, plasmada nesse articulado. Deverá ainda ser rectificado o valor dos encargos previstos com a expropriação destes terrenos para o valor de €2.968.299,69 (dois milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos), em conformidade com a avaliação efetuada por perito da lista oficial. Assim, deverá ser deliberado rectificar as deliberações de Câmara de 26 de Junho de 2008 e 29 de Outubro de 2009, nos termos atrás expostos e, no uso das competências conferidas pela alínea c), nº 7, do art.º 64º, da indicada Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, requerer ao membro do Governo competente a declaração de utilidade pública, para efeito de expropriação, das parcelas de terreno a seguir identificadas: -----

Parcela	Área	C. R. Predial	Finanças	Confrontações	PDM
A	7.600m ²	00040 / Cando S. Tiago	47 R	Norte – Caminho; Sul – Rua dos Vencedores; Nascente e Poente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira	RAN (Desafectada)
B	9.500m ²	00038 / Cando S. Tiago	76 R	Norte e Nascente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira; Sul – Elvira F. G. Oliveira e Caminho; Poente – Maria do Céu Leite Cunha	RAN (Desafectada)
D	43.474m ²	00544/Can doso S. Tiago	38 R	Norte – Caminho público; Sul – Porfírio da Silva Mendes e Joaquim Pereira; Nascente – Maria Helena Leite; Poente – António Castro Pereira	RAN (Desafectada)

Parcela	Área	C. R. Predial	Finanças	Confrontações	PDM
E	9.245m2	00696/Can doso S. Tiago	138 R	Norte – Caminho Público; Sul e Poente – terras do Casal das Mondas; Nascente – Rego	RAN (Desafectada)

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador José Manuel Antunes solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse a constar da ata, pelo que a seguir transcreve-se o respectivo texto:** “As dúvidas sobre a forma como foi instruído o processo de candidatura relativo às obras a realizar no Estádio D. Afonso Henriques, no âmbito do Euro 2004, no que diz respeito à titularidade da propriedade do terreno, levaram os vereadores eleitos nas listas do PSD no mandato autárquico de 2001 a 2005 a requerer à Câmara Municipal de Guimarães os documentos que comprovassem a titularidade do direito de propriedade relativamente aos terrenos em que tinha sido construída a Cidade Desportiva. Tal requerimento foi feito com o objectivo de verificar se relativamente a outras infra-estruturas não existiam situações idênticas. Como consequência da resposta que foi dada ao referido requerimento, foi tornado público a existência do “Acordo de Permuta”, assinado em 5 de Junho de 2001, entre o Sr. Domingos Machado Mendes e o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, cuja existência, até ao referido requerimento, era totalmente desconhecida. Hoje, tendo em conta os dados e as informações que foram vindo a público ao longo dos anos, não há dúvida nenhuma de que, quando foi celebrado o referido Acordo de Permuta, o Sr. Domingos Machado Mendes não era ainda proprietário de pelo menos parte das parcelas de terreno que pelo referido acordo prometia entregar ao Município de Guimarães. Não há também dúvida nenhuma que, nessa data, parte das referidas parcelas de terreno ainda não se



encontravam registadas a seu favor na Conservatória do Registo Predial de Guimarães. Dúvidas também não subsistem de que, na data de hoje, cerca de dez anos após a inauguração da Cidade Desportiva, o Município de Guimarães ainda não adquiriu a propriedade das aludidas parcelas, como o demonstra a existência deste processo de expropriação. Tudo isto só se justifica pela circunstância de o "Acordo de Permuta" ter sido celebrado, não com base nos documentos que sempre seriam exigíveis, mas com base em "declarações verbais" e em meras "alegações verbais de pretensas propriedades", com tudo o que isto implica do ponto de vista do relacionamento entre uma Autarquia e particulares. **Há razões que a própria razão desconhece. Isto é muito mais do que "interpretar a lei com inteligência"**. Hoje, não há qualquer dúvida de que este processo foi conduzido sem o rigor que deve ser apanágio da condução de processos deste tipo por parte de entidades públicas com as responsabilidades da Câmara Municipal de Guimarães. Por tudo isto, a existência de erros na delimitação das parcelas não nos surpreende. É mais uma consequência natural do amadorismo e da falta de profissionalismo com que este assunto foi tratado. Votamos contra, tal como sempre fizemos relativamente às deliberações que incidiram sobre esta matéria". --

DOAÇÕES – CAIXA GERAL DE DESPÓSITOS DE GUIMARÃES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Agência da Caixa Geral de Depósitos de Guimarães, afecta à Direcção Regional de Guimarães, procedeu recentemente à remodelação de diversos espaços e à substituição de peças de mobiliário tendo-se disponibilizado para doar algum equipamento ao Município de Guimarães. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, o equipamento em causa encontra-se em bom estado de conservação, revelando-

se de grande utilidade para a autarquia, designadamente para instalação no estabelecimento de ensino de S. Roque – Costa. Desta forma, deverá ser submetida a deliberação camarária a aceitação da doação, a favor do Município, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo discriminada, ao abrigo do disposto na alínea h), n.º 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devendo ser atribuído um valor total de **€560,00**, conforme avaliação efectuada. -----

DESIGNAÇÃO	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Bloco de três gavetas, estrutura metálica cor cinza	4	€50,00	€200,00
Armário de estrutura metálica com duas portas de correr, cor cinza	4	€90,00	€360,00
Total			€560,00

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO. -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE IMÓVEIS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CREIXOMIL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Património Municipal: “A Fábrica da Igreja Paroquial de Creixomil vem solicitar ao Município a doação de dois imóveis, situados no Lugar de S. Miguel, freguesia de Creixomil, para posterior requalificação urbana do espaço onde se insere o conjunto paroquial, nomeadamente a Igreja daquela freguesia. Para tal, pretende a Fábrica da Igreja requalificar o edifício rural adjacente à Igreja e criar um salão polivalente com valências de auditório, permitindo-lhe nestes espaços desenvolver actividades culturais e de formação de apoio à comunidade. Após validação por parte do DPPU e confirmadas as funcionalidades indicadas pela Fábrica da Igreja, submete-se à consideração superior a doação, à Fábrica da Igreja Paroquial de Creixomil, nos termos da alínea a), nº 4, do art.º 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e



republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os imóveis a seguir indicados: 1 – Prédio urbano com a área de 1.116 m², sendo 581 m² de área coberta e 535 de logradouro, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1663/Creixomil e inscrito na matriz sob o art.º 1165, com o valor patrimonial de €143.060,00 e o atribuído de €151.884,04. 2 – Prédio urbano, com área de 700 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1740/Creixomil e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 3.048, com o valor patrimonial e atribuído de €59.843,00. Em simultâneo, deverá a Fábrica da Igreja garantir que a requalificação de todo o espaço exterior terá utilização de uso público, aquando do processo de licenciamento inerente à intervenção pretendida, devendo o licenciamento ter o seu início no prazo de um ano a contar da data da escritura e o início dos trabalhos até três anos após a conclusão do licenciamento, sendo que o não cumprimento dos prazos atrás estabelecidos conferem ao doador o direito de reversão sobre os imóveis e benfeitorias que porventura existam e tenham sido introduzidas pelo donatário, sem direito a indemnização pelas mesmas”. Mais foi proposto aprovar que haverá lugar ao direito de reversão do terreno caso as mencionadas condições da doação não sejam cumpridas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira. -----

RECURSOS HUMANOS – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 4/2011 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Jerónimo Cardoso Alves, com a categoria profissional de Assistente Operacional (Motorista), aplicando-lhe a pena disciplinar de suspensão em vinte dias, suspensa da execução da aludida pena pelo período de um ano. O

relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO EM 20 DIAS, SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA ALUDIDA PENA PELO PERÍODO DE UM ANO. -- ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EEM – PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2012 E PLANO PREVISIONAL 2012-2015** - Presente, para aprovação, o Plano de Gestão Previsional para o Ano Económico de 2012 e Plano Previsional 2012-2015 da empresa municipal CASFIG, EEM, aprovado pelo respectivo Conselho de Administração em sua reunião extraordinária de 9 de Dezembro de 2011. O Plano de Gestão Previsional para o Ano Económico de 2012 e Plano Previsional 2012-2015 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE NOVO GESTOR PARA A VITRUS AMBIENTE, EM, SA – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 23 de Setembro de 2010, foi nomeado como membro do Conselho de Administração da Vitrus Ambiente, EM, SA, Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, que assumiu funções não executivas no Conselho de Administração. Através de ofício enviado ao Presidente do Conselho de Administração da Vitrus Ambiente, EM, SA, no passado dia 2 de Dezembro de 2011, Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino manifestou a sua impossibilidade para continuar a exercer a referida função, alegando um impedimento legal resultante da entrada em vigor da



Lei 55/2011, de 15 de Novembro que alterou a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresentando, assim, a sua renúncia ao cargo, com efeitos a partir do dia 14 de Dezembro. A exoneração deste membro do Conselho de Administração foi apresentada e aprovada em Assembleia-Geral da Vitrus realizada no passado dia 14 de Dezembro de 2011. Nesta sequência, levamos ao conhecimento desta Câmara Municipal a exoneração daquele membro do Conselho de Administração da Vitrus, sendo agora necessário, conforme estipulado no art.º 18.º dos seus Estatutos, nomear um novo membro, com funções não executivas e não remuneradas, uma vez que o Conselho de Administração da Vitrus Ambiente, EM, SA, é constituído por três membros. Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal designe Crisália Marcela Pereira Alves para membro do Conselho de Administração da Vitrus Ambiente EM, SA, com funções não executivas, com efeitos a partir do próximo dia 27 de Dezembro de 2011". **DELIBERADO, POR ESCRUTINIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR**, com cinco votos a favor, três contra e um em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE DESIGN – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: "Sendo necessário designar os corpos sociais para a Associação "Instituto de Design", proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** - Como representante na **Assembleia Geral**: António Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. **2.2.1**- Como representante no **Conselho Geral**: Domingos Bragança,

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; Henrique Cayatte, Presidente do Centro Português de Design”.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTINIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, com cinco votos a favor e quatro em branco. -----

DIVERSOS – NOTAS DE DÉBITO DE JUROS – AMAVE – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) enviou à Câmara Municipal as notas de débito nº 467 de 12/10/2010, no valor de €41.573,71, nº 92 de 4/5/2011, no valor de €18.538,14 e nº 237 de 12/9/2011, no valor de €6.439,92 (1º trimestre) e nº 279 de 10/11/2011, no valor de 6.192,01 (2º trimestre), respeitantes à imputação de juros de empréstimos de curto prazo, nºs 9015/006510/192, 9015/006882/892 e 9015/007060/192, respectivamente. Solicitados esclarecimentos à AMAVE sobre os referidos empréstimos foi prestada a seguinte informação: Empréstimo nº 9015/007060/192 – CGD – Finalidade: Apoio à Tesouraria; Montante: €3.000.000,00; Início: 02/02/2011; Fim: 31/12/2011; Utilização: €1.326.306,00; Pagamento: 31/12/2011; Juros previstos 4º trimestre: €6.400,00. Empréstimo nº 9015/006882/892 – CGD – Finalidade: Apoio à Tesouraria – Fundo de Coesão e SAMA; Montante: €7.500.000,00; Início: 14/07/2010; Fim: 20/12/2010, prorrogado até 31/12/2010; Utilização: €5.310.000,00; Pagamento: montante global em 30/12/2010. Empréstimo nº 9015/006510/192 – CGD – Finalidade: Apoio à Tesouraria – Fundo de Coesão e SAMA; Montante: €7.500.000,00; Início: 14/07/2009; Fim: 20/12/2009, prorrogado até 14/07/2010; Utilização: €5.277.652,94; Pagamento: montante global em 14/07/2010. Quanto a este contrato, apesar de ter sido prorrogado até 14/7/2010, por deliberação do Conselho Directivo



da AMAVE, certo é que o cálculo dos juros está correcto. Submete-se à consideração superior o seu pagamento sendo que a respectiva autorização da despesa deve ser concedida por deliberação de câmara". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE URGEZES – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Urgezes, aprovou a seguinte denominação toponímica: **90 - Avenida do Centro Escolar** – Arruamento sem saída, com início na Avenida da Igreja. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento a Toponímia da Freguesia de Urgezes". A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO A TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE

ABAÇÃO (S. TOMÉ) – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Abação (S. Tomé), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 72 - **Rua de Carvalho** – Tem início na rua da Escola e termina no entroncamento com a Rua do campo da Bola. 73 - **Rua da Airosa** – Arruamento sem saída, com início na rua de S. José. 74 - **Travessa da Airosa de Baixo** – Arruamento sem saída, com início na rua da Airosa. 75 - **Travessa da Airosa de Cima** –

Arruamento sem saída, com início na rua da Airosa. 76 - **Travessa da Pena Brava** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº I, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Abação (S. Tomé)”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

ACTIVIDADES ECONÓMICAS – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUIMARÃES – REGISTO N.º 501 103 619 NO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, RECREATIVAS E HUMANITÁRIAS DE GUIMARÃES – ILUMINAÇÕES DE NATAL 2011 E ESPECTÁCULO PIROTÉCNICO NA PASSAGEM DE ANO

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal tem assumido, nos últimos anos, os encargos com as iluminações de Natal nas ruas do centro da cidade com o objectivo de embelezar o nosso principal espaço urbano e atrair a sua frequência nesta época. Para o corrente ano de 2011, face à necessidade de reduzir encargos, foi entendido não instalar as habituais decorações luminosas. Porém, a Associação Comercial e Industrial de Guimarães, com o apoio dos comerciantes das ruas centrais (Santo António, Paio Galvão, Gil Vicente e Rainha D. Maria II) decidiu substituir-se à autarquia e instalar iluminações, tendo dialogado com a Câmara e solicitado apoio municipal. O projecto apresentado tem encargos que se elevam a €11.500,00 (onze mil e quinhentos euros). Considerando o mérito da iniciativa e o interesse público da promoção da cidade nesta época natalícia e a assunção maioritária dos encargos por parte dos comerciantes, proponho que a Câmara



Municipal comparticipe as decorações de Natal com um subsídio de €4.000,00 (quatro mil euros), ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães. Propõe-se, ainda, a atribuição de um subsídio, no valor de €4.000,00, para participação nas despesas com a realização de um espectáculo pirotécnico na passagem do ano. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ADENDA AO PROTOCOLO COM A ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 PINHEIRAL/CALDELAS – ANO LECTIVO 2011/2012 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, encontra-se em fase de execução a reconversão do edifício da EB1 Pinheiral/Caldelas em centro escolar, cuja conclusão estava prevista para o final do corrente ano civil. No entanto, a empresa construtora solicitou uma prorrogação do prazo de entrega da obra, a qual mereceu a concordância da Autarquia, pelo que só estará concluída em finais do mês de Janeiro de 2012. Considerando que o protocolo celebrado com a Escola Secundária de Caldas das Taipas para fornecimento de refeições vigora apenas até Dezembro de 2011 e que há necessidade de continuar a assegurar o fornecimento de refeições até à reintegração dos alunos no edifício da EB1, propõe-se a celebração de uma adenda ao protocolo, nos termos do documento que junto se anexa. Mais se informa que o custo previsível com o acréscimo de fornecimento de refeições é de €6.193,32, aos quais serão deduzidas as comparticipações dos Encarregados de Educação. À consideração superior”. A minuta da adenda ao Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS A ENTIDADES PARA ENCARGOS COM VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL DE 2012 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, em resultado do reordenamento da rede escolar, alunos de várias escolas tem vindo anualmente a ser integrados noutros estabelecimentos de ensino, competindo à Autarquia assegurar o transporte dos mesmos para as escolas de acolhimento. Atendendo a que, conforme o disposto no artigo 8º, da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril de 2006, que regulamenta o transporte colectivo de crianças até aos 16 anos, é obrigatório a presença de vigilantes para acompanhamento das crianças, cabendo à entidade que organiza o transporte assegurar a sua presença, propõe-se a atribuição de verbas a Entidades (Freguesias, Associação de Pais e Agrupamentos de Escolas) que assumem os encargos com pessoal para vigilância e acompanhamento dos alunos no transporte escolar. Assim, propõe-se, para o ano civil de 2012 (Janeiro a Julho e Setembro a Dezembro), a atribuição de uma verba anual no valor de 51.400,00€, dos quais €800,00 se reportam a pagamento de retroactivos ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, a ser processados no mês de Janeiro. Solicita-se ainda que seja comunicado a atribuição das verbas às Entidades e aos respectivos Agrupamentos de Escolas, conforme mapa que junto se anexa. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2012 –



Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas a várias Entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, entre outras), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Para o ano lectivo de 2011/12, e em conformidade com o disposto no Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, na redacção que lhe foi dada pelo Despacho 12284/2011, de 19 de Setembro de 2011, foi fixado o preço da refeição em €1,46, para os alunos abrangidos pelo Escalão A, e em €0,73, para os alunos abrangidos pelo Escalão B. Assim, propõe-se, para o ano civil de 2012, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios escolares no valor mensal de €43.615,60, conforme discriminado no mapa em anexo, o que perfaz um total anual no valor de 479 771,60€. Mais se informa que deverá ser comunicada a atribuição das verbas às Entidades e aos respectivos Agrupamentos de Escolas. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

ACÇÃO SOCIAL – IRMANDADE DE S. CRISPIM – CEIA DE NATAL – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, inscrita no RMISG com o nº 501 155 414, vai oferecer, na noite de consoada de Natal, a 24 de Dezembro, a Ceia de Natal, antiquíssima tradição na cidade, em que todo aquele que compareça no Albergue de S. Crispim partilha da refeição natalícia. Como a referida Irmandade tem limitados recursos, vivendo de dádivas sociais, solicitou à Câmara apoio financeiro. Considerando a tradição da iniciativa, o conforto que com ela é proporcionado a todos que nela participam numa noite de grande

simbolismo, proponho que seja atribuído o subsídio de €600,00 (seiscentos euros), ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 3º daquele regulamento de apoio às instituições sociais”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna – Centro

Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos residentes nos Bairros de Gondar e Atougua, no dia 23 de Dezembro, ao Auditório da Universidade do Minho, para a realização da Festa de Natal. Assim, considerando que se trata da realização de uma actividade de grande envolvência social e no âmbito dos Projectos de Intervenção Social em curso naqueles Bairros, por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, e sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, por minha proposta de 9 de Dezembro de 2011 remete-se para ratificação o apoio concedido, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista para além do limite legal de trabalho extraordinário pago, em dia de descanso semanal, considerando a necessidade de ser assegurada a continuidade do serviço até à sua conclusão”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com



oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a), do artigo 2º, do Regulamento Municipal nº 8/2009, de 8 de Janeiro, para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c), do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c), do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS AOS CLUBES DESPORTIVOS NA ÉPOCA 2009/2010 – Presente a seguinte

proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Cumpre-me informar que, na sequência da deliberação de 6 de Maio de 2010 sobre o assunto mencionado, foram pagos, após apresentação dos documentos comprovativos por parte dos diversos clubes, os seguintes subsídios desportivos, que se submetem a ratificação: -----

ENTIDADE	VALOR
Associação de Ciclismo do Minho	€3.000,00
Associação Cultural Recreativa de Lordelo	€5.000,00
Grupo Cultural Desportivo Águias Negras de Tabuadelo	€1.125,00
Grupo Desportivo os Amigos de Urgeses – Secção de Futebol	€5.000,00
Grupo Desportivo os Amigos de Urgeses – Secção de Xadrez	€975,00
Associação Amiguinhos do Museu Alberto Sampaio	€550,00
Associação de Futebol Popular de Guimarães	€25.000,00
Associação Cultural e Desportiva Ases Sta. Eufémia	€375,00
Associação Recreativa e Cultural de Pencelo	€1.125,00
Grupo Cultural Recreativo de Barco	€375,00
Brito Sport Clube	€5.000,00
Clube Recreativo de Candoso S Martinho	€375,00
Clube de Caçadores das Taipas	€5.000,00
CART Centro de Actividades Recreativas Taipenses	€5.000,00
Casa do Povo Fermentões	€25.000,00
Centro Social de Brito/Aquabrito	€700,00
Vitoria Sport Clube	€85.000,00
Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares	€375,00
Clube Operário de Campelos	€375,00
Centro Social Recreativo de Campelos	€5.000,00
Centro Social Desportivo Recreativo Vila Nova de Sande	€750,00
Xico Andebol	€25.000,00
Associação Solidariedade Social dos Moradores da Emboladoura	€2.300,00
Clube de Xadrez do Agrupamento de Escolas Prof. João de Meira	€1.000,00
Clube de Xadrez Gil Vicente – Agrupamento de Escolas de Gil Vicente	€725,00
Clube de Xadrez Afonsino – Escola EB 23 D. Afonso Henriques	€350,00



ENTIDADE	VALOR
Jovens Unidos Num Ideal – JUNI	€2.250,00
Moreirense Futebol Clube	€5.400,00
Pevidém Sport Clube	€5.000,00
Futebol Clube os Piratas de Creixomil	€25.000,00
Grupo Desportivo Recreativo Cultural Os Sandinenses	€5.000,00
União Desportiva de Airão	€750,00
Grupo Desportivo União Torcatense	€750,00
Grupo Desportivo Unidos do Cano	€1.600,00
Grupo Desportivo Airão Curviã	€150,00
Guimarães Futsal Clube	€375,00
Moreira Andebol Clube	€1.125,00
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	€250,00

Os subsídios pagos totalizam €252.125,00, enquadrando-se, assim, na estimativa de €300.000,00 mencionada na referida deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

DIVERSOS – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2012 – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Administração Geral: “Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2012. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais, propondo-se, para o ano de 2012, os seguintes fundos de maneio (e respectivos titulares e seus substitutos): **1 – Titular: José Filipe Tavares Fontes, Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico (DPPU) – €500** (quinhentos euros) para despesas com emissão de pareceres das

entidades externas sobre projectos municipais, cujo pagamento é obrigatoriamente antecipado – rubrica 10/020214. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Carlos Martins de Sousa Bessa, Assistente Técnico.**

2 – Titular: Silvana Leite Torres Peixoto, Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais (DOM) – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com pequenas reparações – rubrica 03/020203. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Ilda Maria Carneiro Almeida Fontão, Assistente Técnica.**

3 - Titular: Silvana Leite Torres Peixoto, Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais (DOM) – €125 (cento e vinte e cinco euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 03/020108. Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Ilda Maria Carneiro Almeida Fontão, Assistente Técnica.**

4 – Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento das viaturas municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.**

5 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €400 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva**



Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. 6 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300 (trezentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.**

7 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €3500 (três mil e quinhentos euros) para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Veículos (DTEPV).**

8 - Titular: Domingos José Ferreira Nobre, Director do Departamento de Juventude, Educação e Cultura (DJEC) – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com a organização de actividades culturais e desportivas – rubrica 07/06020305. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Helena Maria Teixeira Soares Leheman Cruz Pinto, Chefe da Divisão de Educação (DE).**

9 - Titular: Isabel Maria Ferreira Miranda, Chefe da Divisão de Acção Social (DAS) – €750 (setecentos e cinquenta euros), para pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art.º 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 13/040802. Substituto: Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de

Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos. 10 – Titular: Ivone Carmo Silva Gonçalves, Chefe da Divisão de Biblioteca e Documentação (DB) – €150 (cento e cinquenta euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às actividades promovidas pela Biblioteca – rubrica 08/06020305. Substituto: Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Julieta Sameiro Costa Esteves, Assistente Técnica. 11 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Directora do Departamento de Administração Geral (DAG) – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa (DA). 12 – Titular: Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro (DF) – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 11/020108. Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Marisa Manuela Freitas Neto, Chefe de Divisão de Contabilidade e Tesouraria. 13 - Titular: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Directora do Departamento de Recursos Humanos (DRH) – €750 (setecentos e cinquenta euros) para despesas com adiantamento de ajudas de custos – rubrica 12/010204. Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Aida Maria Oliveira Mota Vieira, Assistente Técnica. 14 - Titular: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Directora do Departamento de Recursos Humanos (DRH) – €1500 (mil e**



quinhentos euros) para despesas de representação municipal – rubrica 0103/020211. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Aida Maria Oliveira Mota Vieira, Assistente Técnica. 15 – Titular: Maria Emília Fernandes Leite da Silva, Coordenadora Técnica da Divisão do Património Municipal** – €3000 (três mil euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 11/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Emília Elisabete Silva Gomes, Chefe da Divisão do Património Municipal. 16 - Titular: Isabel Cristina da Silva Pinho, Chefe da Divisão de Relações Públicas e Turismo** – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) para despesas diversas durante o ano – rubrica 09/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Manuel Teixeira Marques da Costa, Técnico Superior**. Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respectivo exercício económico”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----